

102 Políticas de desenvolvimento de atividades tecnológicas em filiais brasileiras de multinacionais

Sérgio Robles Reis de Queiroz
 Instituto de Geociências
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/06388-9
 Vigência: 1/8/2004 a 31/8/2007

Desde os anos 1980, é possível observar um significativo movimento de integração mundial das funções corporativas das empresas multinacionais (EMNs). A função tecnológica também faz parte desse processo, à medida que a integração mundial das atividades tecnológicas, as de P&D em particular, vem favorecendo a criação de redes globais de P&D no interior das EMNs. A necessidade de aproveitar ao máximo as capacidades existentes nos diversos países de implantação dessas firmas e, ao mesmo tempo, racionalizar o processo de geração de conhecimento conduz a novas configurações dos esforços tecnológicos. Isso significa mudança no número de localizações em que atividades tecnológicas são executadas, no processo de definição dessas localizações e nas atribuições correspondentes. As atividades tecnológicas das EMNs fora de seus países de origem, que costumavam ser vistas como marginais, passaram a ser destacadas pela crescente literatura internacional sobre internacionalização de P&D. Ainda assim, com poucas exceções, os países em desenvolvimento parecem à margem do fenômeno. Esse fenômeno coloca um conjunto de questões relativas à inserção das filiais brasileiras nas redes globais de P&D das EMNs. Por exemplo, em que medida o país vem recentemente atraindo investimentos em atividades de P&D das multinacionais? Quais os fatores que afetam essa capacidade de atração? Que políticas podem estimular esses investimentos? Quais os efeitos desses investimentos sobre o processo de aquisição local de capacidades tecnológicas? A resposta a questões desse tipo é de grande relevância para as políticas relacionadas ao investimento direto externo e ao desenvolvimento tecnológico do país. A pesquisa pretende ajudar a responder essas e outras questões que as antecedem por meio de uma análise das características das unidades tecnológicas das filiais de EMNs, articulando-a aos processos de reestruturação observados em nível internacional e às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

103 Políticas públicas e desenvolvimento regional: identificação e avaliação de impactos regionais resultantes das principais transformações na estrutura produtiva na região Araraquara-São Carlos, SP

Helena Carvalho de Lorenzo
 Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
 Universidade Estadual Paulista (Unesp)
 Processo 2001/13141-4
 Vigência: 1/9/2002 a 31/10/2005

A região Araraquara-São Carlos, SP, formada por 26 municípios, constitui o objeto desta proposta. Trata-se de uma área que evidenciou em seu processo de formação ter passado por todas as fases que caracterizaram o desenvolvimento mais geral do estado. Desde cedo, foram se formando os primeiros vínculos regionais. Nos anos 1990, em consequência dos rumos mais gerais da economia brasileira e das transformações em sua estrutura econômica e social, decorrentes da reestruturação empresarial enfrentada por seus principais segmentos produtivos (as agroindústrias regionais da cana e laranja, a indústria metalomecânica e os segmentos de base tecnológica, estes últimos principalmente localizados no município de São Carlos), a região começa a consolidar uma estrutura regional a partir das economias locais. Mais recentemente, essa construção tende a ser acelerada com a vinda de novos empreendimentos (Embraer, TAM, usina termelétrica, por exemplo) que estão exigindo forte articulação das administrações municipais, tendo em vista os impactos decorrentes e a capacidade dos serviços públicos para o seu atendimento. Na realidade, a adequação entre a lógica privada (os propósitos dos projetos de implantação dos novos investimentos) diante das prioridades das administrações públicas tem sido uma das preocupações das instituições locais, que têm manifestado interesse em articular a formulação de políticas conjuntas. Embora essa seja uma preocupação manifesta, as administrações públicas não dispõem de recursos para pensar a articulação regional de forma integrada e coletiva. Este seria um papel da universidade. Trata-se de conhecer a realidade regional em suas especificidades e potencialidades locais, elaborar critérios e indicadores para a formulação de políticas coletivas e integradas, promover a articulação entre as equipes das prefeituras e especialmente formular proposições com potencial de integração que respondam às necessidades regionais coletivas.

104 Construção comunitária de um projeto para adequação ambiental e sustentabilidade da produção agropecuária da microbacia do ribeirão Piracicamirim

Paulo Edgard Nascimento de Toledo
 Instituto de Economia Agrícola
 Secretaria da Agricultura e Abastecimento
 do Estado de São Paulo (Saasp)
 Processo 2001/12914-0
 Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2003

Um dos principais desafios do século XXI será recuperar e transferir para as gerações futuras um estoque de recursos naturais de forma a permitir a sustentabilidade da vida no planeta, condicionada a uma oferta crescente de qualidade de vida. Entre as dificuldades da implantação de novos modelos produtivos (agrícolas ou industriais) compatíveis com a situação conjuntural socioeconômica do país, ressalta-se a necessidade de mudança no uso de recursos naturais, no sentido de abandonar o extrativismo em prol da conservação e de conquista da sustentabilidade. Esse anseio da sociedade moderna foi concretizado pelo Poder Legislativo ao instituir, por meio do Código Florestal, Lei Federal nº 4.771/65, a proteção da flora, da fauna, do solo e das águas. A imposição da recomposição florestal, nas áreas de preservação permanente, demonstra essa preocupação. No entanto, como a restauração de áreas de preservação permanente tem sido incipiente, é necessário discuti-la com os segmentos sociais para aprimorá-la, de forma a permitir que o real objetivo seja atingido. É preciso verificar melhor quais são as dificuldades da aplicação da legislação vigente em uma microbacia segmentada por propriedades, onde a restauração florestal haverá que competir com a produção de alimentos e, principalmente, de renda. Na atualidade, o estado deve, com a comunidade, articular e coordenar a busca e delineamento da reconversão agrícola, garantindo a geração e teste de novas tecnologias para alicerçar políticas indutoras da sustentabilidade, tal qual enunciada na Agenda 21. A microbacia do Piracicamirim, por sua favorável localização geográfica, permite a realização de estudos tanto de problemas urbanos como rurais, e sua foz se dá no *campus* da Luiz de Queiroz, local ideal para o monitoramento da hidrologia. A microbacia ocupa uma área total de 12.950 hectares, a maior parte no município de Piracicaba, estendendo-se, também, aos municípios de Saltinho e Rio das Pedras.

105 Políticas públicas territoriais e autossustentabilidade: avaliação e propostas para a bacia hidrográfica do Mogi-Mirim

Francisco José da Costa Alves
Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Processo 2000/02042-2
Vigência: 1/1/2001 a 30/11/2003

O objetivo do presente projeto é realizar o desenho de políticas públicas embasadas territorialmente, direcionadas a complexos agroindustriais regionalizados e de forte impacto econômico, social, político e ambiental. O território em análise é o da bacia hidrográfica do Mogi-Mirim. O agregado de atores coletivos e individuais em torno do

comitê para o desenvolvimento sustentável da bacia do Mogi-Mirim compõe um campo organizacional, seja pela orquestração dos interesses econômicos e ambientais dos complexos agroindustriais que compõem esse território (sucroalcooleiro e agrícola), seja pelos impactos gerados por esses complexos na região, que, devido ao momento de reestruturação de tais complexos, impõem um desafio adicional ao desenvolvimento autossustentável. As propostas de políticas públicas apresentadas no projeto levarão em consideração três questões articuladas no escopo do desenvolvimento sustentável: a) impactos socioeconômicos e ambientais; b) viabilidade política, tecnológica e econômica; e c) a articulação dos atores sociais interessados no desenvolvimento sustentável regional, que podem constituir uma rede de poder territorial e dar curso para as políticas desenhadas. É urgente para a região e para os complexos, no sentido do desenvolvimento autossustentável, o redesenho de políticas públicas que rompam com o verticalismo socialmente excludente das políticas da pré-década de 1990 e que incorporem três elementos fundamentais do presente: 1) a sustentabilidade regional, por meio da construção social e cultural existentes na bacia do Mogi-Mirim, influenciadas pelas especificidades ambientais, políticas, sociais e econômicas dos complexos presentes no território; 2) as criações de estruturas de suporte político, técnico-econômico que permitam o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, possam capacitar os atores sociais; e 3) a redução do desequilíbrio de poder nos complexos agroindustriais que possibilitem o fim do processo de exclusão social.

106 O gasto em saúde no Estado de São Paulo: métodos e tendências

Bernard Francois Couttolenc
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2000/02018-4
Vigência: 1/1/2001 a 31/8/2001

O presente projeto tem dois objetivos, um de ordem metodológica e outro de ordem analítica. O primeiro consiste em adaptar para o Brasil uma metodologia padronizada de coleta, classificação e análise do gasto em saúde em seus componentes público e privado, baseada na Conta Nacional Saúde adotada por vários países. Essa metodologia será aplicada à sistematização, revisão e consolidação das estimativas de gasto público e privado em saúde nos últimos 20 anos. Os dados assim revisados serão utilizados, no que constitui o segundo objetivo do estudo, para analisar as tendências do gasto em saúde no Estado de São Paulo em seus componentes público e privado e sua contribuição relativa no financiamento da saúde no